



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Em 16 e 27 de Outubro do ano passado, apresentei uma intervenção antes da ordem do dia e uma interpelação escrita, respectivamente, acerca das preocupações que os residentes me fizeram chegar sobre o fenómeno das mensagens publicitárias via telemóvel sobre o jogo e da legalidade duvidosa dos painéis publicitários sobre o jogo nas proximidades das Portas do Cerco, através das quais apelei às autoridades competentes para que procedessem à sua investigação e erradicação. Pouco depois, a Direcção da Polícia Judiciária e a Direcção dos Serviços de Regulação das Telecomunicações montaram uma operação conjunta de dois dias, que levou ao desmantelamento de uma rede criminosa que operava uma “falsa base de operações”, de onde procedia ao envio de mensagens, e à detenção de quatro suspeitos, todos eles residentes da China. A eficácia desta operação merece ser reconhecida e enaltecida.

Contudo, residentes e visitantes informaram-me que, depois da tal operação a situação tinha melhorado, mas adiantaram que, na verdade, essa actividade passou, provavelmente, a ser desenvolvida nas proximidades de Gongbei-Zhuhai, pois anteriormente as mensagens apareciam quando a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Economia afirma que é através de operações inspectivas que se procede à fiscalização da publicidade sobre o jogo “on-line”, difundida sob as mais variadas formas e através de meios publicitários, e que em 2013 foram instaurados 18 processos de averiguações, abertos 22 processos de aplicação de sanções administrativas e aplicadas multas no montante de 30 mil patacas. A publicidade sobre o jogo ilegal está a aumentar mas as autuações são menos, portanto, há que questionar se as acções inspectivas são eficazes e se as sanções surtem os necessários efeitos dissuasores. Será que sim? De que medidas eficazes dispõe o Governo para combater este tipo de publicidade?

3. As autoridades afirmaram que vão estudar e rever todo o regime sobre a publicidade, tendo em atenção a situação do desenvolvimento socioeconómico e as opiniões dos diversos serviços competentes. Qual é o ponto de situação desse trabalho? Face aos graves efeitos negativos decorrentes da publicidade sobre o jogo ilegal, o Governo tem de definir uma calendarização para a revisão da lei em causa. Já o fez?

05 de Janeiro de 2015.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Meng Kam